

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 10/06/2015

- *Ex-PM é condenado a 18 anos de prisão pela morte do menino João Roberto*
- *Maioria das propostas para infância no Congresso traz retrocessos, avalia Abrinq*
- *Com maior percentual de crianças, Região Norte tem pior cobertura de saneamento*
- *Cardozo admite aumentar tempo de internação para menores infratores*
- *Campanha de vacinação contra HPV tem baixa procura este ano*
- *PSDB tentará limitar redução da maioridade penal aos crimes gravíssimos*
- *Temer reúne ministros e deputados para debater maioridade penal*
- *Human Rights Watch critica maioridade penal em carta ao Congresso*
- *Ministério do Trabalho resgata mais de 5,6 mil crianças do trabalho infantil*
- *Só educação não dá conta de reduzir desigualdade, dizem especialistas*
- *CDH aprova aumento de pena a quem aliciar jovens para o crime*
- *Lídice da Mata ressalta participação popular na CPI que investiga o assassinato de jovens*
- *Relatório sobre maioridade penal será apresentado hoje com previsão de referendo*
- *Deputados divergem sobre aplicação da Lei do Femicídio a menores de 18*
- *Mãe consegue na Justiça direito da filha usar remédio à base de maconha*
- *Bispos serão julgados por novo tribunal por crimes relacionados a pedofilia*
- *Papa cria tribunal para julgar bispos que acobertam casos de abuso sexual*
- *Sistema de Garantia de Direitos - um aliado na proteção da infância*

Assunto: Ex-PM é condenado a 18 anos de prisão pela morte do menino João Roberto

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/06/2015



O julgamento do ex-cabo da Polícia Militar (PM) William de Paula, acusado pela morte do menino João Roberto Amorim Soares, de 3 anos, em 2008, foi condenado a 18 anos de prisão em regime inicial fechado. O julgamento no 2º Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro terminou na madrugada de hoje (10).

Em 2008, William de Paula tinha sido absolvido do crime de homicídio e foi condenado à pena de prestação de serviços comunitários, pelo crime de lesão corporal, mas o Ministério Público pediu a realização de um novo júri, que resultou na condenação.

João Roberto estava no carro com a mãe, Alessandra Amorim Soares, quando o veículo foi atingido por tiros disparados de uma viatura da Polícia Militar (PM), em uma rua da Tijuca, na zona norte da cidade, em 6 de julho de 2008. O menino foi baleado e morreu.

O juiz Jorge Luiz Le Cocq D' Oliveira, que sentenciou William de Paula, considerou que os policiais tiveram culpa e não adotaram cautelas mínimas. Ainda segundo o magistrado, nada justifica a atitude dos policiais, mesmo que no interior do veículo houvesse criminosos.

De acordo com a decisão de D' Oliveira, "as consequências do evento não poderiam ser mais dramáticas, perdendo uma criança de três anos estupidamente a sua vida, o que causou profunda comoção, à época, na sociedade carioca e em todo o país".

O ex-policial William de Paula e o ex-soldado Elias Gonçalves da Costa estavam perseguindo criminosos, quando, segundo eles, confundiram o carro de Alessandra com o veículo dos bandidos. Elias Gonçalves foi absolvido do crime de homicídio em um segundo julgamento, em 2011.

Assunto: Maioria das propostas para infância no Congresso traz retrocessos, avalia Abrinq

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/06/2015



Parte das proposições para a infância e adolescência em discussão no Congresso Nacional traz retrocessos para a legislação vigente, na avaliação da administradora executiva da Fundação Abrinq, Heloísa Oliveira. Uma publicação lançada hoje (10) pela entidade selecionou dez proposições relacionadas à infância e adolescência que tramitam no Congresso e são consideradas prioritárias. A organização se posiciona totalmente a favor de apenas uma delas.

“De maneira geral, o que acontece é ter um número muito maior de proposições que trazem retrocesso ou uma visão equivocada de propostas que objetivam melhorar o arcabouço legal da infância. Estamos com um Congresso Nacional que não conhece bem a legislação vigente e o cenário da infância”, disse Heloísa Oliveira.

A publicação *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2015* destaca o posicionamento contrário a cinco proposições e apoia quatro com ressalvas. A entidade, que defende os direitos de crianças e adolescentes, justifica a contrariedade, ao alegar que já existem leis que tratam dos temas.

A fundação apoia plenamente apenas o projeto de lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Um dos pontos do projeto é o aumento de 10% para 50% da complementação da União ao Fundeb.

A organização ligada à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes é contrária à proposição que reduz para 5 anos a idade para ingresso no ensino fundamental por considerar que nessa idade as crianças não estão prontas para enfrentar as exigências dessa etapa de ensino. “O ideal é que seja cumprida a educação infantil até 6 anos como está na lei. Antecipar isso tira um ano da primeira infância da criança”, avalia a administradora executiva da Fundação Abrinq.

Outro item que não é aprovado é o projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro – que prevê como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao nascituro a expectativa do direito à vida. Para a Fundação Abrinq, a proposta é desnecessária por já haver previsão legal sobre o assunto.

A redução da maioridade penal – de 18 para 16 anos – como prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171, assim como a proposição que aumenta o tempo de internação de crianças e adolescentes infratores e a idade mínima para o trabalho autorizando-o sob o regime de tempo parcial a partir dos 14 anos também são alvo de críticas da Fundação Abrinq.

“Temos uma legislação muito consolidada na área de infância o que não justificaria ter tanta mudança, mas todos os dias entram propostas de mudança de lei. Há uma tendência de mudar lei e falta fiscalizar a implementação das políticas. Às vezes, a lei aprovada não se materializa em política efetivamente aplicada”, disse Heloísa Oliveira.

Na lista das proposições em que há posicionamento favorável da Abrinq, mas com ressalvas, está o projeto de lei que institui a educação em tempo integral. A entidade avalia que é necessário observar os desafios para o desenvolvimento desse modelo, como a garantia de um piso salarial para os professores compatível com o regime de dedicação integral. Outros projetos em que a fundação lista ressalvas – por considerar que parte do proposto já está regulamentado por lei – são o que insere dispositivos sobre a primeira infância no Estatuto da Criança e do Adolescente e o que estabelece diretrizes para educação nutricional e segurança alimentar.

A fundação também apoia com ressalva a proposição que trata de financiamento para saúde ressaltando ser contrária à criação de nova fonte de financiamento que resulte na imposição de uma nova contribuição social.

A publicação *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2015* foi divulgada hoje (10) pela Fundação Abrinq - Save the Children.

Assunto: Com maior percentual de crianças, Região Norte tem pior cobertura de saneamento

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/06/2015



Com maior percentual de crianças, Região Norte tem pior cobertura de saneamento

A maior proporção de crianças e adolescentes do país está concentrada na Região Norte, que tem a pior cobertura de saneamento básico e de acesso à água tratada do país. Cerca de 40% da população que vive na Região Norte são compostos por crianças e jovens até 18 anos. Eles convivem com uma realidade em que 67% dos domicílios não têm rede de esgoto ou fossas sépticas e 45% não têm rede de água.

Os dados fazem parte do Censo de 2010 e estão na publicação *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2015*, divulgado hoje (10) pela Fundação Abrinq - Save the Children. O livro de bolso reúne para consulta números e estatísticas de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os ministérios da Educação e da Saúde em áreas como moradia, violência, mortalidade infantil, acesso a creches, cultura e lazer.

“Temos divulgações separadas de dados de diversas áreas e ao vê-los reunidos e detalhados conseguimos enxergar como as vulnerabilidades sociais combinadas afetam de forma significativa a infância”, disse a administradora executiva da Fundação Abrinq, Heloísa Oliveira.

O Nordeste tem 34% da população de crianças e adolescentes e é a segunda região com pior acesso a esgotamento sanitário – 54% dos domicílios não têm rede de esgoto. “Os números mostram que essa combinação de vulnerabilidades afeta de maneira mais significativa as crianças do Norte e Nordeste”, ressalta Heloísa Oliveira.

Em relação ao acesso à educação, a taxa de cobertura de creches, por região, em 2012, também deixa o Norte em desvantagem. Essa taxa mostra a razão entre o número de crianças em idade escolar (até 3 anos) e o número de matrículas nessa etapa do ensino. Na Região Norte, a taxa de cobertura é de 8%, a menor entre as cinco regiões do país. A melhor cobertura está no Sudeste, com a taxa de 31%.

No Norte também está a maior taxa de distorção idade-série nos ensinos médio e fundamental. A publicação apresenta dados de 2013 mostrando que, na região, 31% dos estudantes do fundamental e 45% do médio estavam matriculados em séries não condizentes com sua idade. O melhor cenário está na Região Sudeste com percentuais de 14% e 21%, respectivamente.

Assunto: Cardozo admite aumentar tempo de internação para menores infratores

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/06/2015



Após mais de duas horas de reunião com o presidente da República em exercício, Michel Temer, e com deputados da base aliada para debater a redução da maioria penal, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, apresentou a hipótese de aumentar o tempo de internação de adolescentes que cometerem delitos “muito graves”. Segundo ele, o objetivo é chegar a um consenso com a Câmara para buscar uma alternativa à redução da maioria penal.

“Estamos buscando alternativas, mexendo na legislação para não trazer os efeitos colaterais da redução da maioria penal e, ao mesmo tempo, permitir um êxito no enfrentamento da questão”, explicou o ministro.

Mais cedo, Cardozo esteve com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que apresentou proposta semelhante. O governador defende o aumento de três para oito anos do tempo de internação para adolescentes que praticarem crimes hediondos.



Para José Eduardo Cardozo, as alternativas objetivam evitar os efeitos colaterais da redução da maioria penal

“Vamos adequar a legislação naquilo que ela pode propiciar uma resposta eficaz e não criar problemas para nós mesmos. Todos os especialistas dizem que a redução pura e simples da maioria implicará aumento da violência e ampliação da influência das organizações criminosas”, acrescentou o ministro.

Michel Temer deixou claro que a decisão sobre o tema cabe ao Congresso e colocou o governo como “colaborador” no processo. “Acho que é um tema que envolve toda a sociedade brasileira e o governo colabora nessa medida com o Congresso Nacional.”

Líder do PT na Câmara, o deputado Sibá Machado (PT-AC), que deixou a reunião mais cedo, reafirmou que o governo quer mais tempo para discutir o assunto. “Havia uma proposta do presidente [da Câmara], Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de discutir ainda neste mês a redução da maioria penal. Entendemos que a matéria é altamente complexa e não se trata de maioria de plenário.”

Para o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), o encontro entre Cardozo e Alckmin foi o “ponto de partida” para o que ele chamou de “amplo entendimento”.

“O espírito é de entendimento. É uma questão que diz respeito à sociedade brasileira. Precisamos ter cautela e buscar o entendimento.”

No início de junho, Eduardo Cunha disse que pretendia votar até o fim do mês a proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal de 18 anos para 16 anos. Pelo Twitter, Cunha manifestou interesse na realização de um referendo, de modo a promover um “grande” debate sobre o tema.

Assunto: Campanha de vacinação contra HPV tem baixa procura este ano

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/06/2015



A vacina contra o HPV é capaz de prevenir 70% dos casos de câncer de colo do útero e está disponível na rede pública de saúde, desde o ano passado, para meninas e adolescentes entre 9 e 13 anos. As com HIV podem se vacinar até os 26 anos. No Dia Nacional da Imunização, lembrado hoje (9), a Sociedade Brasileira de Imunização alerta para a importância da vacinação, e para a queda na procura em 2015 em relação ao ano passado.

Para a presidenta da entidade, a pediatra Isabella Ballalai, a queda é consequência da interpretação equivocada às reações adversas que 11 adolescentes tiveram em São Paulo, no ano passado, após terem tomado a vacina na primeira fase de imunização. Ela admitiu que havia motivo para as famílias se assustarem, a princípio, mas disse que as reações foram analisadas, e ficou comprovado que não foram efeito da primeira etapa da vacina.

“Nenhuma dessas meninas ficou parálitica, todas estão bem, não houve nenhuma doença neurológica, todos os exames foram feitos, e a conclusão é que foi uma situação de estresse coletivo, uma reação esperada quando se vacina adolescentes”, disse a médica, em entrevista à **Agência Brasil**.

Ela lembrou que, mesmo com as explicações sobre os efeitos positivos da vacina, o impacto da reação inicial prejudicou a adesão. “Quando o problema foi resolvido, isso não chegou com a mesma intensidade com que chegou para as famílias quando aconteceu [o incidente], e a gente ainda não sabia o que estava acontecendo.”

Isabella indicou ainda um outro fator para a redução na procura. De acordo com ela, no ano passado a primeira etapa foi ao encontro das meninas e adolescentes, com a vacinação sendo realizada nas escolas, diferentemente deste ano, quando elas precisam ir aos postos de saúde para tomar a vacina em quase todos os municípios do país.

“Em outros países, em que a vacinação de adolescentes acontece com sucesso, a vacina vai até o adolescente. Isso [ir aos postos para tomar a vacina] faz diminuir a adesão. A mãe trabalha, o pai trabalha, o adolescente não vai sozinho, sábado é complicado. São vários os motivos da rotina que fazem com que a gente não veja o adolescente indo para um posto de saúde. Vários fatores, somados, fazem com que a gente hoje tenha uma triste realidade, que é uma adesão baixa, de menos de 50% [na primeira dose] das meninas que gostaríamos de vacinar”, afirmou.

A pediatra esclareceu que é preciso manter o esquema de vacinação de três doses. Nas meninas acima de 13 anos, a segunda dose tem que ser dada dois meses após a primeira, e a terceira, quatro meses depois da segunda. Já para as menores de 13 anos, o esquema vacinal é

de seis meses entre a primeira e segunda doses, e de 60 meses para a terceira. “Se não tomar o mínimo de doses, e não respeitar o intervalo mínimo entre as doses, não há proteção. Para qualquer vacina, se a pessoa não cumprir o número de doses necessárias, não há proteção.”

A médica lembrou que, se por acaso a adolescente perder o prazo, não precisa começar tudo de novo. “Se alguém esqueceu de tomar, ou atrasou, tem que voltar ao posto ou à clínica e continuar, mas tem que completar, senão, não há proteção”, disse.

As autoridades de saúde também recomendam a vacina para os meninos, mas nesse caso, segundo a médica, a vacinação só está disponível na rede privada. Na avaliação dela, essa é uma escolha de política de saúde pública.

Isabella Ballalai explicou que o HPV é a principal causa de câncer de colo do útero e, no Brasil, ocorrem 15 mil novos casos por ano.

A médica afirma que é prioridade do Ministério da Saúde vacinar as meninas para prevenir o câncer do colo de útero. “Nos meninos, temos o câncer de pênis e, em meninas e meninos, o câncer de ânus e o câncer de boca. Mas, com certeza, o impacto de meninos atingidos não é igual ao do câncer de colo do útero das meninas. Então, o governo tem que ter uma prioridade, e a prioridade são as meninas”, destacou.

Ela lembra ainda que a mulher adulta também pode procurar a vacinação na rede privada. Ela acredita que, mais que os estudos, a prática comprova que a vacina é segura e eficaz.

“Não é uma vacina nova. É uma vacina aplicada desde 2007 na Austrália, e sem evento adverso grave. É o que a gente vê nos Estados Unidos, na Austrália e na Inglaterra, enfim, em todos os países que adotaram a vacina. São mais de 200 milhões de doses aplicadas”, destacou, ao indicar ainda que as autoridades veem um horizonte favorável no combate ao câncer de útero. “A gente já vê resultado concreto e segurança, sim. E a gente vê uma boa perspectiva para daqui a 20 anos poder dizer que o número de mulheres com câncer de útero caiu”, completou.

Assunto: PSDB tentará limitar redução da maioria penal aos crimes gravíssimos

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/06/2015



O PSDB anunciou hoje (9) que apresentará voto em separado ao parecer do relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) do deputado Laerte Bessa (PR-DF) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos, com uma proposta alternativa para aplicação da medida somente aos autores de crimes gravíssimos e a ampliação de três para oito anos de medida socioeducativa aos menores infratores.

Bessa deve apresentar seu parecer amanhã (10), na comissão especial da Câmara que analisa a matéria, em horário a ser definido. Hoje (9), o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), o líder do partido na Câmara, Carlos Sampaio (SP), senadores e deputados tucanos reuniram-se para tratar da redução da maioria penal e de outros assuntos.

Carlos Sampaio disse que o partido vai votar fechado pela redução da maioria nos termos do voto em separado que o PSDB apresentará à comissão que analisa a PEC. “Somos a favor da redução da maioria penal para os crimes gravíssimos”, afirmou Sampaio, ressaltando que, entre esses crimes, estão os inafiançáveis e aqueles onde não há possibilidade de anistia.

“Para os crimes gravíssimos, tem que ter a redução da maioria penal”, disse Sampaio. Segundo ele, a proposta do PSDB prevê que o Ministério Público entre em ação para requerer a redução da maioria penal de menores que cometerem crimes hediondos, para que eles possam responder pelo crime cometido.

Pela proposta do PSDB, os menores que cometerem crimes gravíssimos deverão cumprir pena em locais separados dos maiores de 18 anos e as medidas socioeducativas serão elevadas de três para oito anos.

Carlos Sampaio informou que, em reunião na próxima terça-feira (16), a Comissão Executiva Nacional do PSDB fechará questão a favor da redução da maioria penal, nos termos da proposta do partido.

Representante do PT na comissão especial que analisa a proposta, a deputada Erika Kokay (DF) considera a apresentação do parecer do relator prematura. Erika e deputados contrários à redução estão tentando junto ao relator Laerte Bessa e aos integrantes da comissão ganhar mais tempo para buscar uma solução para a questão dos menores infratores.

“Estamos dispostos a construir uma proposta alternativa, desde que não mude a Constituição. Para isso, precisamos de mais tempo. Na minha avaliação, a solução não passa pela redução

da maioria penal”, disse Erika. Para ela, o parecer de Bessa “é pura e simples redução da maioria penal e o cumprimento de penas em locais separados dos adultos”.

A deputada concorda que sejam discutidas mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas não na Constituição como prevê a PEC em análise na comissão especial e o parecer do relator.

Hoje, o relator da PEC reuniu-se com deputados da Frente Parlamentar da Segurança Pública para conversar sobre o parecer que será apresentado amanhã à comissão. De acordo com o presidente da frente, Alberto Fraga (DEM-DF), o parecer propõe a redução da maioria de 18 para 16 anos, prevê o cumprimento de penas em locais separados e também submete a decisão a um referendo.

Em nota pública, a frente parlamentar manifestou apoio à redução da maioria penal de 18 para 16 anos. “Essa é uma demanda imperativa da sociedade que, em sua quase totalidade, apoia a mudança.”

Segundo o documento, com a legislação atual, os menores, ao completarem 18 anos, saem da instituição socioeducativa com a ficha limpa e não carregam nenhuma consequência prática de seus atos criminosos. “Esses e outros fatores acabam por estimular a crescente violência dos crimes praticados por menores”, conclui o texto.

Assunto: Temer reúne ministros e deputados para debater maioria penal

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/06/2015



O presidente em exercício Michel Temer está reunido desde as 18h45 de hoje (9) com os ministros José Eduardo Cardozo, da Justiça, Pepe Vargas, de Direitos Humanos, Luís Inácio Adams, advogado-geral da União, e Eliseu Padilha, da Aviação Civil, além de líderes da base aliada na Câmara dos Deputados. Na pauta, a redução da maioria penal.

Líder do PT na Câmara, o deputado Sibá Machado (AC), que deixou a reunião mais cedo, informou que o governo quer mais tempo para debater o assunto.



O líder do PT na Câmara, Sibá Machado, quer mais tempo para discutir o tema

“Havia uma proposta do presidente [da Câmara] Eduardo Cunha [PMDB-RJ] de discutir ainda neste mês a redução da maioria penal. Entendemos que a matéria é altamente complexa. E não se trata de maioria de plenário”, explicou o líder. Sibá disse que essa deve ser uma “primeira rodada” de discussões entre governo e aliados sobre a matéria.

Membro da equipe de articulação política do governo, Eliseu Padilha também deixou a reunião cerca de 50 minutos após seu início. Na saída, ele falou em manter o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com algumas alterações.

“O governo vai tentar manter o ECA com alterações. A recuperação pelo ECA é muito grande”, afirmou Padilha. Ele se mostrou otimista no diálogo com a Câmara dos Deputados “[Na reunião de hoje] tivemos uma discussão para um acordo. Na Câmara, quando se tem acordo tudo é possível.”

No início de junho, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disse que pretendia votar até o fim do mês a proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Pelo Twitter, Cunha já havia manifestado interesse na realização de um referendo, de modo a promover um “grande” debate sobre o tema.

Assunto: Human Rights Watch critica maioria penal em carta ao Congresso

Fonte: Portal Andi

Data: 10/06/2015



A Human Rights Watch, organização não-governamental (ONG) que se dedica à proteção dos direitos humanos, divulgou nesta terça-feira (9), uma carta endereçada ao Congresso Nacional em que condena a proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Assinado pela diretora do escritório no Brasil da ONG, Maria Laura Canineu, o documento traz estudos feitos nos Estados Unidos que mostram que a diminuição da idade penal não contribuiu para reduzir a criminalidade naquele país. "Se aprovada, a emenda violará as obrigações do Brasil perante o direito internacional e colocará em risco os esforços do país para reduzir a criminalidade, ao invés de fortalecê-los", diz a carta. "Se há impunidade em casos que envolvem adolescentes, ela reflete uma falha mais ampla do Brasil hoje em relação à investigação e consequente responsabilização criminal". A carta é uma resposta à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, que deve ser levada ao plenário ainda neste mês, como pretende o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). "Defensores da emenda alegam que a possibilidade de os adolescentes serem julgados e punidos como adultos funcionaria como um mecanismo de dissuasão, evitando que violassem a lei, ajudando, pois, a reduzir as taxas de criminalidade no Brasil. Contudo, não são fornecidas quaisquer provas que sustentem essa afirmação", afirma o documento da Human Rights Watch. A carta afirma que "alguns apontam" para os Estados Unidos como um modelo ao tratar adolescentes como adultos, mas explica que os argumentos "não se sustentam". Um relatório de 2010 do Departamento de Justiça dos EUA citado pela ONG demonstra que as taxas de reincidência foram mais altas entre os adolescentes que haviam sido julgados no sistema de justiça comum do que entre os julgados na justiça juvenil. No caso de crimes violentos, a taxa de reincidência foi 100% maior para adolescentes julgados na justiça comum. A ONG afirma também que a emenda violaria normas internacionais que foram consagradas em tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, que diz que o tratamento de crianças e adolescentes em conflito com a lei deve levar em consideração "a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade."

Assunto: Ministério do Trabalho resgata mais de 5,6 mil crianças do trabalho infantil

Fonte: Portal Andi

Data: 10/06/2015



Entre abril de 2014 e abril de 2015, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 9.838 operações fiscais para apurar denúncias de trabalho infantil no Brasil. As ações dos auditores fiscais do trabalho das superintendências regionais retiraram desta condição 5.688 crianças e adolescentes. Segundo dados do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil, Pernambuco foi o estado com o maior número de resgates de crianças e adolescentes, com 1.076; seguido de Minas Gerais com 571 casos; Mato Grosso do Sul, com 484; Goiás com 440 e Sergipe com 353 casos. Segundo o chefe da Divisão de Erradicação do Trabalho Infantil da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), e auditor fiscal do trabalho, Alberto de Souza, as empresas que estavam em desacordo com a legislação receberam um auto de infração e o responsável foi multado. “Além disso, tomamos outras providências relacionadas à proteção dos jovens, incluindo o encaminhamento para assistência social, Conselho Tutelar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual”, completou o auditor.

“Fast-food”

No mês de maio, o Ministério promoveu operações concentradas em redes de estabelecimentos que oferecem alimentação, incluindo os “fast-foods”. O propósito foi combater o uso irregular de mão de obra de crianças e adolescentes nesta categoria. Para Alberto de Souza, as ações no setor alimentício visam proteger, principalmente, o adolescente trabalhador. “Este ramo foi escolhido com base no volume de denúncias, encaminhamento de notificações de acidentes de trabalho e nas próprias fiscalizações pontuais que acontecem nos estados”, explica. O auditor informa, ainda, que foram analisadas a regularidade da ocupação e a condição de trabalho dos adolescentes em lanchonetes, feiras livres e similares, já que a legislação só permite o trabalho dos 14 aos 16 anos e na qualidade de menor aprendiz. Essas medidas anteciparam as atividades da Semana Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, que ocorre de 7 a 12 de junho, tendo como foco a fiscalização de fronteira. O balanço da fiscalização será divulgado no decorrer deste mês.

Fiscalização na Tríplice Fronteira

Para marcar o Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, no dia 12 de junho, o Ministério do Trabalho e Emprego e a OIT, com o apoio da Rede de Apoio à Criança e ao Adolescente (Raca), realizam, de 9 a 12 de junho, a Ação Conjunta de Fiscalização na Tríplice Fronteira, que faz parte do Plano Regional para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil nos países do Mercosul. Iniciativa contará com a participação de auditores fiscais do Trabalho do Brasil, Paraguai e Argentina. Com o tema “Não ao Trabalho Infantil. Sim à Educação de Qualidade”, a programação será aberta nesta terça-feira (9), com apresentação dos resultados do Diagnóstico Rápido do Trabalho Infantil nas fronteiras e o resultado das

fiscalizações em seus países. Os três países receberão, no dia 11 de junho, operações de resgate de crianças e adolescentes que trabalham no setor informal. Os resultados da ação serão apresentados no mesmo dia. O Plano Regional tem como propósito estabelecer a política do Mercosul como ferramenta de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Assunto: Só educação não dá conta de reduzir desigualdade, dizem especialistas

Fonte: Portal Andi

Data: 10/06/2015



A educação sempre aparece como remédio para os males do Brasil, principalmente a desigualdade social. Sem negar que mais anos de estudo melhoram a vida da população, especialistas começam, porém, a relativizar essa verdade absoluta. "É interessante para a elite e para o governo tratar a educação como uma panaceia, porque se estabelece uma situação de inércia social. Um segmento que tem crescido muito é o de pessoas com ensino superior, que hoje supera 15% dos jovens, mas a desigualdade interna desse grupo é tremenda", diz o economista Alexandre Barbosa, professor do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) da USP. Para ele, a desigualdade no Brasil é estrutural e não será solucionada exclusivamente com mais investimentos em educação.

Sala de Aula

Educadores também não veem o acesso à escola como garantia de redução da desigualdade, já que a pior escolarização dos mais pobres – que não estudam línguas, por exemplo – pesa na hora de conseguir bons empregos. "O pobre chegou à universidade via políticas públicas, mas, mesmo com notas próximas às do aluno pagante e com o mesmo diploma, há entre eles uma diferença de capital cultural que faz falta no mercado", diz Leda Rodrigues, professora de pedagogia da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo. A semente da desigualdade entre alunos de classes sociais diferentes na universidade está nos primeiros anos escolares. "Desde o ensino básico, crianças pobres saem da escola com uma defasagem em relação às da elite porque não é só a escola que faz a aprendizagem. Elas já não têm em casa o capital cultural que vem da família", diz Rodrigues. O professor Romualdo de Oliveira, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, defende que a educação básica tem potencial para equalizar a diferença de capital cultural entre crianças de origens díspares, desde que o governo tenha políticas focadas em grupos vulneráveis coordenadas com outras frentes de ataque à desigualdade de renda. "No atacado, o sistema hoje ou é neutro ou acentua a desigualdade de origem. Ele não vai combatê-la se não tem elementos para garantir educação de qualidade para todos e principalmente para os mais pobres", diz Oliveira.

Investimento Público em Educação

De fato, uma pesquisa do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ação Comunitária) comprova que crianças com o mesmo capital cultural, em escolas cujo entorno é mais vulnerável, como as de periferia de grandes cidades, apresentam menor rendimento. "O impacto da vulnerabilidade do território no desempenho escolar do aluno pode gerar desigualdade", afirma Vanda Ribeiro, autora do estudo. O economista Ricardo Paes de Barros defende que o governo federal invista para reduzir a diferença de gasto por aluno entre estados e municípios com mais e menos recursos. "Por que a gente padronizou o serviço bancário pelo país e não a educação? É preciso dar a todas as escolas a mesma infraestrutura".

Assunto: CDH aprova aumento de pena a quem aliciar jovens para o crime

Fonte: Agência Senado

Data: 10/06/2015

SENADO FEDERAL



A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou nesta quarta-feira (10) projeto do senador Wilder Moraes (DEM-GO) que aumenta as penas mínima e máxima para adultos que aliciarem menores de idade para atividades criminosas (PLS 227/15).

O relator foi o senador Sergio Petecão (PSD-AC), e o parecer aprovado foi lido na comissão pelo senador Helio José (PSD-DF). A proposição será

analisada agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A pena atual para o crime de corromper menor de 18 anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la, é de 1 a 4 anos de prisão. O texto aprovado alarga estas penas mínima e máxima para 5 a 15 anos.

- A pena atual é insuficiente. Ao contrário da tendência conservadora de encarceramento do jovem, a presente proposta visa punir aqueles que realmente merecem: os maiores que aliciam os adolescentes - defendeu Wilder.

Assunto: Lídice da Mata ressalta participação popular na CPI que investiga o assassinato de jovens

Fonte: Agência Senado

Data: 10/06/2015

SENADO FEDERAL



A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou a importância da participação da sociedade nos debates da CPI que investiga o elevado índice de mortes de jovens no país. Ela comentou inclusive que a CPI vai fazer uma audiência em Luziânia, cidade do entorno de Brasília a pedido de jovens da cidade.



Lídice da Mata relatou que, na audiência da comissão realizada na segunda-feira (8) foram abordadas questões ligadas ao desarmamento, combate às drogas, políticas de segurança pública, racismo, violência desenfreada e formação das estruturas policiais voltadas para uma atuação mais cidadã.

A senadora lembrou que estudo recente da Unesco mostra que, em 2012, houve no Brasil 42 mil mortes por armas de fogo, sendo que 94% delas foram homicídios. A maioria das vítimas eram jovens de 15 a 29 anos. O estudo revela ainda que o número de jovens negros mortos é mais do que o dobro do de jovens brancos. A senadora espera que o trabalho da CPI ajude a mudar essa realidade.

- Uma mãe negra, num bairro popular de uma grande cidade como a minha, Salvador, não tem certeza se seu filho chegará à idade adulta. É dessa triste realidade que o Senado precisa tomar conhecimento, podendo, mais tarde, apresentar políticas reparadoras e de prevenção, que modifiquem a situação em que se encontra a juventude em nossa terra - disse a senadora.

Lídice da Mata também leu em Plenário mensagem do cidadão Edmundo José Santiago, de Alagoinhas, na Bahia com comentários sobre os debates na CPI que investiga o assassinato de jovens. Ela pediu que mais pessoas participem dos debates, o que pode ser feito pela internet ou pelo 0800.61.22.11.

Eurolat

Lídice da Mata também registrou que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) foi eleito co-presidente da Assembleia Parlamentar Euro-latino Americana (Eurolat), em reunião realizada na semana passada, em Bruxelas.

Assunto: Relatório sobre maioria penal será apresentado hoje com previsão de referendo

Fonte: Agência Câmara

Data: 10/06/2015



O relatório do deputado Laerte Bessa (PR-DF) sobre a redução da maioria penal (Proposta de Emenda à Constituição 171/93) deve ser apresentado às 14h30 no plenário 12. Embora o parlamentar ainda não tenha apresentado o texto oficialmente, uma versão do texto circulou hoje na reunião da Frente Parlamentar da Segurança Pública. Ela reduz a maioria penal de 18 para 16 anos e prevê a realização de um referendo nas próximas eleições, caso a proposta seja aprovada pelo Congresso.

“Nós estamos fazendo a mudança no texto constitucional, todos os ajustes a serem feitos vêm depois”, disse o relator, que defende que o texto da PEC seja simples e objetivo.

Bessa ainda prevê discussões sobre o tipo de estabelecimento penal em que os menores devem cumprir pena: se no sistema penitenciário comum ou em regimes e estabelecimentos especiais. “Tudo está em negociação até amanhã às 14 horas”, avisou o relator.

No início do mês, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, avisou que pretende votar a proposta no Plenário assim que a comissão especial concluir a análise do texto, o que deve ocorrer ainda neste mês. “Vou levar ao Plenário imediatamente”, disse.

Alckmin

Em reunião nesta manhã, a Frente da Segurança Pública reagiu à aproximação do governo federal e do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, que são contrários à proposta. Para o líder da frente, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), essa é uma manobra que pode dividir os votos em Plenário e acabar não aprovando a mudança, que precisa dos votos de 308 dos 513 deputados.

Conheça a tramitação de propostas de emenda à Constituição

Alckmin já defendeu na Câmara, como alternativa à PEC 171, a aprovação do Projeto de Lei 5454/13, que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90) e aumenta o tempo máximo de internação de menores de 18 anos que cometerem crimes hediondos de três para oito anos. “A frente considera muito importante a mudança do ECA, mas são assuntos distintos. Inclusive seria muito mais fácil discutir isso após a mudança da maioria”, disse Fraga.

O deputado lembrou que o senador Aécio Neves (PSDB-MG), quando candidato à presidência da República, defendeu a redução da maioria penal, e seu vice na chapa, o senador Aluizio Nunes (PSDB-SP), é autor de uma PEC que propõe a redução.

Bancada do PSDB vai defender PEC que reduz maioria com decisão judicial

“Essa não é uma questão fechada no partido, e vamos trabalhar apoiando a medida do governador Geraldo Alckmin, que é diferente da proposta de redução da maioria, são até complementares”, defendeu o deputado João Campos (PSDB-GO), representante do partido na frente e defensor da redução da maioria penal.

Assunto: Deputados divergem sobre aplicação da Lei do Femicídio a menores de 18

Fonte: Agência Câmara

Data: 10/06/2015



O deputado Silas Freire (PR-PI) afirmou que a Lei do Femicídio (13.104/15) também deveria ser aplicada contra adolescentes infratores. Ele lembrou o assassinato de uma jovem ocorrida no Piauí cometido por quatro menores de 18 anos. “Para eles, a lei não vale nada. Quem cometeu o crime vai ficar pouco tempo na cadeia”, protestou.

Já a deputada Luizianne Lins (PT-CE) destacou que a violência doméstica é a forma mais perversa do machismo que existe na sociedade brasileira. Ela contestou Silas Freire: “A questão não é de idade, mas de gênero. Entre 2009 e 2011, 15 mulheres por dia foram mortas por serem mulheres”.

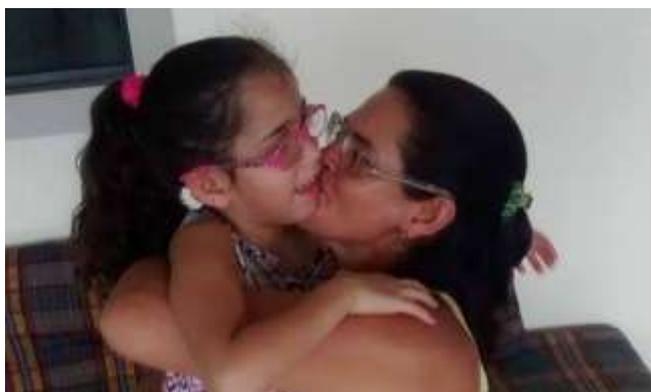
A Lei 13.104/15 alterou o Código Penal para incluir o femicídio (quando o crime for praticado contra a mulher por razões de gênero) entre as modalidades de homicídio qualificado.

Os parlamentares participaram de comissão geral, encerrada há pouco, que a Câmara promoveu com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci.

Assunto: Mãe consegue na Justiça direito da filha usar remédio à base de maconha

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 10/06/2015



Menina sofre com síndrome de West, um tipo raro de epilepsia

O Ministério Público Federal (MPF) em Garanhuns (PE), no Agreste de Pernambuco, conseguiu decisão judicial, em caráter liminar, que determina o fornecimento do remédio importado Hemp Oil (medicamento à base de canabidiol, uma das substâncias químicas encontradas na Cannabis sativa, de onde é produzida a maconha), por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). O paciente é uma criança que sofre de crises epiléticas de difícil controle e mora em Jupi, também no Agreste.

A mãe da menina, Ivanise Ferreira da Silva, conta que Raquel Daniele Ferreira Duarte, de seis anos, sofre com a síndrome de West desde o nascimento. “Os primeiros sintomas apareceram com três meses. Em dias de crise, ela chega a ter 25 convulsões. É uma situação muito difícil. Passo o dia todo cuidando dela”, explica. A dona de casa disse que, atualmente, a filha toma 22 remédios para diminuir as convulsões, mas eles não estariam mais fazendo o efeito necessário.

A mãe conta que solicitou a liberação de uso à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em março deste ano. Após a liberação, ela entrou na Justiça comum em Jupi, cidade onde mora com a menina. A primeira decisão foi negativa. A família recorreu e acionou o MPF, que decidiu pelo fornecimento do remédio à base de maconha.

O Estado de Pernambuco e a União terão 30 dias para disponibilizar o medicamento sob pena de multa diária de R\$ 2 mil em caso de descumprimento. Em caso de impedimento da importação do remédio, devidamente provado por documentos, a União e o Estado de Pernambuco terão a opção de depositar, em conta judicial, a quantia necessária para aquisição dos medicamentos correspondentes aos três primeiros meses. A cada 90 dias, o MPF deverá apresentar novo relatório médico demonstrando a evolução da doença e o quadro clínico da criança.

Em razão da indisponibilidade na rede pública de saúde e diante da necessidade urgente do medicamento, a mãe da criança requereu à Anvisa, em março, liberação para importação do remédio, que foi concedida em maio. O tratamento até então foi custeado por meio de recursos próprios da família da criança. A importação das doses necessárias do medicamento chegam a quase R\$ 41 mil por ano.

A mãe da menina está ansiosa para a chegada do novo remédio. “Ela sofre muito. Nos últimos anos, passou a ter um retardo mental causado pelas crises. Eu acredito muito que ela vai ficar boa e parar de sofrer. Li muito sobre o remédio na internet e vi muitas reportagens sobre quem está usando. Confio que ele salvará minha filha”.



Criança toma 22 remédios diferentes

Assunto: Bispos serão julgados por novo tribunal por crimes relacionados a pedofilia

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 10/06/2015



Os bispos que foram responsáveis por proteger padres pedófilos serão julgados por um novo tribunal criado no Vaticano pelo papa Francisco, uma reivindicação de longa data das associações de vítimas.

Os bispos - que são mais de 5.000 no mundo - poderão ser julgados em caso de "abandono do dever profissional" sob o direito canônico, por esta "nova instância judicial vinculada à Congregação para a Doutrina da Fé" (CDF).

A CDF, o ex-Santo Ofício, é responsável por garantir em toda a Igreja o respeito ao direito canônico.

O Papa ordenou a nomeação de pessoal adicional para as novas funções, indicou o porta-voz da Santa Sé, padre Federico Lombardi, que falou após uma reunião do conselho de cardeais (C9), responsável por conduzir as reformas na Igreja.

Francisco prevê um período de cinco anos para avaliar a "eficiência" do novo dispositivo.

Estas pessoas "também poderão ser empregadas para os julgamentos criminais em casos de abuso de menores e adultos vulneráveis (deficientes) pelo clero", indicou o Vaticano.

Associações de ex-vítimas de padres pedófilos exigem há tempos que o fato de um bispo encobrir abusos sexuais contra de menores cometidos por padres de sua diocese seja reconhecido como um crime e punido pelo Vaticano.

ESCÂNDALO DUPLO - Condenado firmemente pelo Comitê dos Direitos da Criança da ONU, o escândalo dos padres pedófilos contribuiu para desacreditar a Igreja católica por delitos ocorridos principalmente nos anos 60 e 70.

O escândalo foi duplo: dezenas de milhares de menores foram atacados por religiosos, padres e freiras. Mas dezenas de bispos também se recusaram a ouvir as reclamações das vítimas, por vezes, pedindo-lhes silêncio, protegendo os padres acusados ou suspeitos, e mantendo-os em posições onde pudessem continuar suas atividades.



Bispos que foram responsáveis por proteger padres pedófilos serão julgados por um novo tribunal criado no Vaticano pelo papa Francisco

O Vaticano foi então acusado de proteger alguns desses bispos para evitar escândalos.

O papa Bento XVI pediu em 2011 a todas as conferências episcopais a adotar dispositivos para parar esses escândalos e colaborar com os poderes judiciais civis.

Mas enquanto alguns episcopados ocidentais adotaram regimes rigorosos, outros ainda lutam para entrar em linha. Em algumas culturas, na África e na Ásia em particular, esses temas são um grande tabu e as justiças civis nem sempre são confiáveis.

As queixas contra os bispos serão recebidas em um primeiro momento pelas Congregações para os Bispos, para a Evangelização dos Povos e para as Igrejas Orientais, os três "ministérios" do Vaticano competentes para os bispos. Mas serão obrigadas a transmiti-las à Congregação para a Doutrina da Fé.

Desde janeiro, vários membros da Comissão para a proteção dos menores levantaram suas vozes sobre casos sensíveis envolvendo prelados.

O último caso fez muito barulho, por ter envolvido o cardeal australiano George Pell, o todo-poderoso "ministro" da Economia do Papa. Este último é acusado por uma ex-vítima de ter se recusado a levar a sério a sua reclamação contra um padre. O cardeal nega as acusações e ameaçou processar o autor das acusações, o especialista britânico Peter Saunders, ele próprio ex-vítima.

O outro caso diz respeito à nomeação de um bispo chileno, Juan de La Cruz Barros, por Francisco, quando acredita-se que ele protegeu no passado um velho padre acusado de pedofilia.

JULGAMENTOS INTERNOS - Bento XVI e depois Francisco implantaram um dispositivo mais severo, mas as ex-vítimas criticam o fato de os julgamentos permanecerem internos e confidenciais.

Os casos dos padres pedófilos são julgados em última instância pela Congregação para a Doutrina da Fé.

"Durante essas décadas de crise, as comissões, os procedimentos, os protocolos e as promessas se multiplicaram. Mas eram sem sentido. Assim, por muito tempo, padres foram encarregados de se ocupar de outros padres que cometeram ou acobertaram crimes sexuais, então poucas coisas mudarão", reagiu em um comunicado a associação americana de ex-vítimas SNAP.

Assunto: Papa cria tribunal para julgar bispos que acobertam casos de abuso sexual

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 10/06/2015

jornal do  commercio

Reforma é importante para mostrar o compromisso de Francisco na luta contra a pedofilia de religiosos.



Francisco criou no ano passado uma comissão para lutar contra a ocultação de abusos

O papa Francisco autorizou o julgamento por "abuso de poder" dos bispos que acobertam os padres denunciados por abusos sexuais de menores de idade ou pessoas frágeis, anunciou o Vaticano. O pontífice ordenou a criação de um tribunal para estes casos, que será uma parte da Congregação para a Doutrina da Fé, explicou o porta-voz do Vaticano, padre Federico Lombardi.

O delito de "abuso de poder episcopal" foi revisado porque já existia no direito canônico, mas agora estão estabelecidos os mecanismos para abordar os casos, completou Lombardi. Esta é uma reforma importante para mostrar o compromisso de Francisco na luta contra a pedofilia de religiosos.

Francisco criou no ano passado uma comissão, formada por 17 pessoas de várias nacionalidades e vários laicos, incluindo representantes das vítimas, para lutar contra a ocultação de abusos, uma prática corrente nas últimas décadas dentro da Igreja Católica. A comissão de especialistas, presidida pelo cardeal americano Sean O'Malley, elaborou a proposta, que foi aprovada pelo papa. Francisco também autorizou recursos para a criação do tribunal.

Assunto: Sistema de Garantia de Direitos - um aliado na proteção da infância

Fonte: Childhood

Data: 10/06/2015



Constantemente falamos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), mas, afinal, no que ele consiste? Concebido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o SGD representa a articulação e a integração de várias instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Embora diversos órgãos e autoridades possuam atribuições específicas a desempenhar, o SGD lhes

confere igual responsabilidade na apuração e integral solução dos problemas existentes, tanto no plano individual quanto no coletivo.

O SGD pressupõe o trabalho em rede das instituições e dos atores envolvidos na proteção da infância. É a atuação do SGD que materializa as políticas públicas, como direitos fundamentais, e atua diante da violação de direitos, realizando o controle social, por meio da sociedade civil, que contribui participando dos conselhos, executando políticas complementares, produzindo conhecimento e mobilizando a sociedade em geral.

“Com atuação em rede, as diversas instâncias do SGD compartilham aprendizados e congregam esforços para um objetivo comum”, diz Gorete Vasconcelos, coordenadora de Programas da Childhood Brasil.

Desafios

Na prática, o SGD não está integralmente institucionalizado e tem encontrado dificuldades para sua atuação e efetivação. Além do trabalho desarticulado, o sistema ainda precisa lidar com problemas com a capacitação de seus profissionais, o que pode acabar prejudicando a implementação de políticas públicas.

“É fundamental a realização de processos de formação continuada que articulem teoria e prática e que favoreçam um ambiente de aprendizagem, nos quais esses diversos atores

possam refletir sobre sua prática e construir orientações que apoiem o trabalho em rede nas diversas localidades”, diz Gorete.

Alguns passos já têm sido dados nessa direção. A Childhood Brasil, por exemplo, implementa o Programa Proteção em Rede, no qual forma profissionais para atuarem no SGD. Além das aulas e encontros temáticos, são constituídos comitês gestores locais, compostos pelos atores municipais que assumem a responsabilidade de organizar e apoiar a implementação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, além de assessorar o Conselho Municipal de Direitos e fortalecer a ação em rede.

“Esses comitês gestores se reúnem periodicamente e constroem, com apoio da Childhood Brasil, um sistema de monitoramento e avaliação de sua intervenção”, diz Gorete.

Segundo ela, os desafios para que o sistema possa atuar de forma mais eficiente e eficaz são de todos os envolvidos, desde os Conselhos Municipais e Estaduais, os Conselhos Tutelares e o Judiciário, até a sociedade civil de modo geral. “Todos precisam estar cientes e comprometidos com seus papéis, atuando com rapidez e de forma compartilhada para o cumprimento da lei”, afirma.

Conheça o fluxo das denúncias

Quando uma pessoa liga para o Disque Direitos Humanos, conhecido como Dique 100, a central de atendimento recebe a denúncia, registra e a encaminha diretamente para o Conselho Tutelar da região mais próxima à da origem do fato denunciado, com cópia para o Ministério Público da localidade para acompanhamento e monitoramento do caso. Quando o caso é de extrema gravidade, o Disque 100 aciona diretamente a polícia ou as autoridades para que sejam tomadas as devidas providências.

As denúncias podem ser feitas também nas delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes, que estão localizadas em várias cidades brasileiras ou nos Conselhos Tutelares, que são os órgãos públicos que têm como missão zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Caso não exista uma delegacia especializada em sua cidade, é possível procurar as delegacias comuns para encaminhamento de queixas e de denúncias.

Nas estradas, caso seja identificado algum caso de exploração sexual de crianças e adolescentes, é possível ligar para 191 para fazer a denúncia à Polícia Rodoviária Federal. Em casos emergenciais, acione a Polícia Militar, pelo 190, disponível 24 horas por dia.